

geral

Dengue pode ser agravada pela diminuição das águas

Frente fria que atinge Porto Alegre deve agir contra proliferação do Aedes

/ CLIMA

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Atravessando a maior catástrofe da história do Rio Grande do Sul, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre atua em diversas frentes no combate às doenças que acompanham a enchente. Leptospirose e hepatite A são automaticamente associadas a este tipo de evento, devido à contaminação da água em contato com o esgoto. No entanto, a dengue também desponta como grande preocupação.

Com 3.659 casos registrados na Capital em 2024, a população estava sob alerta vermelho para a enfermidade antes do início das cheias. Com o foco voltado para o resgate dos atingidos pela tragédia e o controle de danos ao redor da cidade, a dengue saiu da pauta.

No entanto, com a grande quantidade de água espalhada pelas ruas, o mosquito *Aedes aegypti*, portador do vírus, pode se proliferar com mais facilidade quando se formarem poças decorrentes da diminuição do nível do lago. Ao ser questionada sobre a possibilidade de um novo surto, a SMS enfatiza que essa será a preocupação após a água baixar, o que ainda deve demorar uma semana.

Quem confirma esta realidade é a enfermeira da Equipe de Vigilância de Doenças Transmissíveis (EVDT), Raquel Rosa. “Não é que ela (dengue) deixou de ser priori-



CRISTINE ROCHOL/PMPA/JC

Capital estava sob alerta vermelho para a doença antes das enchentes

dade da secretaria, mas acaba tendo menos transmissão neste momento, porque a água da enchente não está parada. Como ela está correndo, o vetor não consegue se multiplicar. Então nesse nível que estamos de inundação, não vai ter aumento de proliferação vetorial, mas sim quando baixar”.

O órgão mantém os exames em pleno funcionamento nas unidades de saúde - único que não está sendo racionado -, mas não conseguiu abrir a vacinação para crianças e adolescentes, prevista para ontem, por falta de recursos.

Apesar do ponto crítico não ter sido atingido, o biólogo e professor de Farmácia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Walter Reis explica que a perspectiva para as próximas semanas é preocupante. “Estamos com uma temperatura alta, mas não a ponto de chegar no verão, e essa é a condição perfeita para a proliferação do Aedes. Com as zonas de

foco aumentadas e uma quantidade exacerbada de mosquitos na rua, o risco de ter uma epidemia ainda maior de dengue no Estado é esperado”.

Em contraponto ao cenário dos últimos dias, a frente fria que atinge o Estado a partir de hoje perdurará até a próxima semana. Temperaturas mais baixas neutralizam a reprodução do inseto, que tem seu comportamento incerto em meio aos novos fatores.

O infectologista do Hospital São Lucas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Diego Falci, explica: “não tem como fazer uma previsão acurada sobre como a dengue vai se comportar, já que ocorreu uma mudança muito drástica no ecossistema. Como as temperaturas vão baixar, ela pode, eventualmente, não se tornar tão importante dentro desse cenário das enchentes, colocando outras enfermidades em primeiro lugar”.

Disque 100 abre novo canal para localizar crianças desaparecidas no Rio Grande do Sul

O Disque 100, gerido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), abriu um canal específico para receber informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos ou desacompanhados dos pais devido à tragédia climática que atinge o Rio Grande do Sul desde o início do mês.

Após discar 100, a população pode acionar a opção 0 (zero), sobre desaparecidos em razão das chuvas e enchentes, informou a pasta. Em seguida, na primeira opção, a gravação eletrônica disponibiliza espaço para rece-

bimento de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos ou desacompanhados de pais ou responsáveis, em articulação com o Tribunal de Justiça do RS e Conselhos Tutelares.

Na opção 2, a sociedade pode relatar sobre o desaparecimento de pessoas em geral. Ao tecer 3, a população tem a oportunidade de solicitar resgate imediato ou apresentar informações para resgate de pessoas conhecidas.

Na quarta opção, é possível pedir ajuda aos municípios atingidos. Por fim, ao digitar a tecla

5, o cidadão pode se voluntariar a trabalhar na região ou oferecer doações. “Todas as opções fazem parte da força-tarefa do Disque 100 para contribuir na otimização de esforços em razão do estado de calamidade no RS”, informou o ministério, em nota.

Ainda de acordo com a pasta de Direitos Humanos, os operadores da central do Disque 100 recebem treinamento para lidar com as questões relativas à situação no Rio Grande do Sul.

“Qualquer pessoa de qualquer local do Brasil pode utilizar

Famílias atípicas são recebidas em abrigos especiais para desalojados

Maria Amélia Vargas
mavargas@jcrs.com.br

Deixar sua casa, seus pertences, sua rotina e partir rumo ao incerto já é angustiante por si só. Para pessoas com deficiências, autismo, doenças crônicas e transtornos de saúde mental, esta situação torna-se ainda mais desafiadora. Pensando nisso, diversos locais do Estado contam com estruturas especiais a fim de melhor acolher as chamadas famílias atípicas que estão desabrigadas por causa da enchente histórica que afeta o Estado.

Em Porto Alegre, a Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, faz um trabalho de acolhimento de pessoas de baixa visão, deficientes auditivos e cadeirantes. Parte da mesma congregação, o Colégio Rainha do Brasil, está com suas portas para acolher desabrigados, e conta com uma estrutura planejada para receber autistas e seus cuidadores. Até a manhã de ontem, o local mantinha seis famílias e ainda contava com mais 10 camas sobrando.

Conforme explica a Irmã Maria Raimunda da Rocha, uma área foi separada para receber famílias com integrantes no espectro. “É um lugar mais silencioso, temos uma pracinha ao ar livre, e um re-

feitório amplo. Os autistas têm um ritmo deles, têm seus horários e são seletivos na alimentação”, explica a religiosa.

Voluntária no abrigo, a psicopedagoga e especialista em análise do comportamento aplicada, Chana Moller Caetano, 45 anos, acredita que esse olhar especial ajuda a diminuir o sofrimento dos autistas e de quem os acompanha. “Uma das principais preocupações é com a sensibilidade auditiva dessas pessoas. Nesse sentido, nós mantemos o ambiente tranquilo e também distribuimos abafadores de ruídos. Tudo pensado para o melhor conforto deles”, detalha.

A coordenadora da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers), Silzá Tramontina, lembra outra necessidade fundamental para este grupo: a medicação. “O Simers (sindicato médico), por exemplo, está se mobilizando para isso, para ter uma escala de médicos e psiquiatras junto com a Associação de Psiquiatria do RS para organizar isso”, destaca.

Nessa linha, o Clube Social Pertence, além de arrecadar fundos e produtos para doações, faz um trabalho de levantamento de informações sobre essa população para que as ajudas sejam mais assertivas.

Menores resgatados sem familiares estão em centro de triagem

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) informou, em nota, que crianças e adolescentes resgatados desacompanhados dos pais ou responsáveis em meio às inundações estão sendo levados a um centro de triagem em Porto Alegre.

O órgão indica que o clube Geraldo Santana virou ponto de referência e cuidados dos casos. O clube fica na rua Luís de Camões, 337, no bairro Santo Antônio, na Capital. O MP-RS orienta as famílias dos desaparecidos a buscar informações no centro de triagem.

os canais disponibilizados para reportar denúncias, solicitar ajuda ou orientações relacionadas às recentes tempestades que assolaram o estado do Rio Grande do Sul, assim como questões relacionadas a crianças e adolescentes desaparecidos ou separados de seus responsáveis”, frisou o ministério.

Para entrar em contato com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, basta discar 100 do telefone fixo ou celular. O canal também pode ser acessado por meio do WhatsApp (61) 99611-

0100; Telegram (digitar “direitos humanos brasil” na busca do aplicativo); e site do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, disponível também para videochamadas em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O MDHC tem atuado também junto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para fazer o levantamento de quem perdeu documentos básicos de identificação civil durante as enchentes que assolam o estado gaúcho, de modo a agilizar a emissão de segundas vias.